



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATA - TRE-MA/PR/DG/SAF

ATA da 3ª Reunião do Comitê de Apoio a Gestão Orçamentária e de Contratações

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Presencial – Sala de Reuniões da Presidência	02/09/2022	11h	12h

Pauta: Execução do orçamento ordinário e de pleitos eleitorais; 3ª e última fase de créditos adicionais de 2022; indicadores orçamentários; Restos a Pagar e acompanhamento das contratações.

ABERTURA:

Hebert (Diretor-Geral) abriu a reunião informando à Desembargadora Presidente que ocorria, no mesmo horário, reunião com Chefes de Cartório para debater temas atinentes à Eleição 2022, justificando, assim, a ausência dos dois Chefes de Cartório da capital que são membros do CGOC. Falou que o objetivo da reunião é informar e avaliar a evolução dos dados da última reunião para esta, bem como alinhar os procedimentos relativos à execução orçamentária e às contratações.

Leana (SAF), Secretária de Administração e Finanças, iniciou a reunião informando a pauta, que seria a situação da execução dos orçamentos ordinário e de pleitos eleitorais, indicadores orçamentários, andamento das licitações, execução de restos a pagar e necessidade de recursos para a 3ª fase de créditos adicionais; que os dados a serem apresentados estão atualizados até 30/08/2022 e que 14/09/2022 é a data limite para pedido de suplementação orçamentária ao TSE.

PLEITOS ELEITORAIS:

Leana informou que para o orçamento de pleitos foi disponibilizado o montante de R\$ 27.426.349,20, dos quais ainda restam disponíveis R\$ 5.199.758,92, que se referem, principalmente, às despesas com um possível 2º turno das eleições, por exemplo, o pagamento de mesários e diárias. Flávio (SEPEO) ressaltou que o valor de pagamento dos mesários para o 1º turno está dentro do total das despesas pré-empenhadas, que é de R\$ 5.303.412,93. Sherlan (COLAC) confirmou que as licitações do orçamento de pleitos estão cem por cento encaminhadas. Leana disse que agora deve-se fazer o acompanhamento da execução e dos pagamentos, que dependem do andamento das atividades da eleição, mas que os prazos estão dentro da normalidade.

Em seguida, Leana apresentou o resumo das informações prestadas pelos setores em relação a cancelamentos (ASGEL, CRE, ORE) e necessidades (SAF, SGP, SJD e STIC) orçamentárias, tendo como resultado final uma necessidade de R\$ 182.970,82 para complementar as despesas do 2º turno. Ressaltou que já havia sido pedido ao TSE um aporte de recursos, no valor de R\$ 988.636,34, por conta do aumento do número de urnas para o teste de integridade e fornecimento de EPI's. informou que após o 1º turno será feita uma avaliação da real necessidade de solicitar este aporte ao TSE.

ORDINÁRIO:

Leana: para o orçamento ordinário (custeio + investimento) temos o maior orçamento já disponibilizado, no valor de R\$ 48.080.751,00, onde se destacam os valores destinados à reforma do Fórum eleitoral e à Segurança Cibernética. Do valor do orçamento ordinário, consta ainda como disponível R\$ 6.957.810,81, sendo a maior parte do valor na segurança cibernética. GUALTER (STIC) explicou que a maior parte do recurso refere-se a uma aquisição, em torno de R\$ 3.000.000,00, a ser feita em conjunto com outros Regionais e coordenada pelo TRE/PI, cujo pregão ocorrerá em 06/09/2022; que as contratações de segurança cibernética são coordenadas pelo TSE e os Regionais atuam como participantes; que há uma outra licitação de valor expressivo, conduzida pelo TRE/SP, referente à aquisição de uma ferramenta para gestão de ativos, cujo pregão acontecerá no final de setembro ou início de outubro e, sendo uma aquisição de software, existe a possibilidade de pagamento ainda este ano; que a STIC está estimando o valor desta aquisição e deverá ter o valor certo na próxima semana; que deve ser deduzido em torno de R\$ 1.500.000,00 que já se encontra pré-empenhado e que existem outras licitações que a STIC está participando, as quais dão margem para, talvez, até passar do disponível. Leana disse que a despesa pré-empenhada é de 11.612.212,46 (Fórum + Sede). Nos valores já Empenhados (R\$ 29.507.751,75) afirmou que a maior parte refere-se a despesas continuadas, pagamentos mensais e várias aquisições que ainda vão ser entregues. Sherlan (COLAC) disse que os fornecedores estão dentro do prazo e a equipe segue monitorando. Leana apresentou o resumo das informações prestadas pelos setores em relação a cancelamentos (ASGER, CRE SAF, SGP, SJD, STIC + valores liberados em julho – R\$ 561.269,61) e necessidades (EJE, NSA e SESEI) orçamentárias, tendo como resultado final cancelamentos na ordem de R\$ 636.735,47. O DG informou que a ASGER vai precisar de mais orçamento. CRÉDITOS ADICIONAIS POR SETOR - Leana explicou que existem algumas necessidades adicionais, que são: aquisição de dois veículos para a Presidência e Corregedoria; aquisição de equipamentos e móveis e aquisição de bancadas. Leana: as despesas adicionais tem um valor total de R\$ 636.735,47 e são despesas qualificadas como investimentos, sendo que os valores cancelados são de despesas de custeio, portanto, tais valores de custeio devem ser devolvidos ao TSE para que retornem como valores para investimento. Apresentou o quadro de créditos adicionais a solicitar, conforme o setor solicitante e a fonte do recurso, a exemplo da SGP, que solicitou R\$ 30.000,00 para a realização de cursos, tendo como fonte a própria SGP. A Desembargadora Presidente solicitou que comecem estudos para um projeto voltado ao público interno, pessoas que sofreram violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade, dentre outras, que se iniciaria com capacitações, seria um projeto permanente e ofertaria assistência sócio-psicológica. Os presentes concordaram com o projeto e ficou a cargo de Gustavo (SGP), o levantamento de custos para a implementação. Outras necessidades de créditos adicionais para aquisições também foram apresentadas: livros (SEDOC), aparelhos de ar-condicionado (SEMAP), curso de media training para juízes e servidores (EJE) e Solução de hiperconvergência (STIC). O somatório dos créditos adicionais a solicitar resultou em R\$ 2.317.216,63. Todas as demandas são por registro de preços que já tem atas prontas, ou seja, chegando o recurso, faz-se a aquisição.

INDICADORES (Desempenho até 31/08/2022) :

Leana: 1. Indicador de Aderência ao planejamento – está em 61,5%, próximo à meta anual de 86%. SHERLAN destacou que, pela primeira vez, o indicador de aderência bateu com o desempenho dos processos de contratação. 2. Indicador de Perdas Orçamentárias – está em 38,6%, com meta anual de 5,5%. 3. Indicador de Valores Pagos – está em 35,7%, com meta anual de 85%. Nos índices de perdas orçamentárias e valores pagos, Leana destacou que, excetuando os valores de obras e segurança da informação, os percentuais melhoram e passam a ser, respectivamente de 12,9% e 50,86%. Rosiléia (COFIN) ressaltou o grande impacto dos valores referentes à reforma do Fórum e da segurança Cibernética na execução orçamentária.

RESTOS A PAGAR

Leana apresentou quadro com a situação atual dos restos a pagar em 2022, onde RESTOS A PAGAR INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2022 teve valor de R\$ 8.169.787,42, RESTOS A PAGAR PENDENTES EM 31/08/2022, teve valor de R\$ 1.102.287,62. Tais valores resultaram num PERCENTUAL DE PAGAMENTO/CANCELAMENTO de 86,51%. Destacou que todas as ações estão com percentual de pagamento alto e com tendência de aumento, como no caso da reforma de cartório eleitoral em São Luís, que deve ser paga em breve e que, na próxima reunião do CGOC, provavelmente, não constará mais como pendente. Herbert indagou sobre o que seria a Ação Orçamentária PESSOAL – ORÇAMENTO ORDINÁRIO. Leana explicou ser um saldo do ano anterior, que sobrou do pagamento do recesso natalino e que pode servir para pagamento de banco de horas de servidores exonerados, aposentados, etc.

CONTRATAÇÕES

Sherlan: OBRAS - PROCESSOS: 1. Combate a incêndio – processos finalizado, porém com execução da OS suspensa, em face das atividades das Eleições 2022. Processo na ASJUR, com anuência da empresa pela suspensão. Há risco de aumento de preços decorrente de aumento de custos da empresa. Tem prazo de conclusão de 120 dias. A empresa é da Bahia. 2. Esquadrias – licitação homologada, está sendo providenciada a publicação e o empenho, no valor de R\$ 969.000,00. Também terá a OS suspensa por conta das eleições. Tem prazo de conclusão de 90 dias. A empresa é de São Paulo. 3. Reforma Fórum 6ª etapa. Valor: R\$ 10.136.308,58. A engenharia tirou do projeto da obra, os ares-condicionados, para facilitar a participação de mais licitantes. A licitação está marcada para o dia 15/09/2022 e várias empresas já pegaram o edital. Indagado sobre o prazo, Sherlan explicou que o prazo depende de recursos porventura apresentados, mas a meta é empenhar este ano.

Apresentou gráfico demonstrando a eficiência dos processos de contratações, de 60%, compatível com o indicador de aderência. Destacou o alinhamento dos trabalhos, com reuniões prévias e setoriais. Na Execução do Orçamento das eleições, atingiu-se a meta de 100% em agosto, sendo que a contratação dos processos de eleição está finalizada. As contratações estão sendo executadas e, até o momento, sem qualquer problema. Nas contratações do orçamento ordinário tem-se 60% tramitando, correspondente ao Fórum, serviço de vigilância, esquadrias, reforma da sede e aquisição de ares condicionados, que são as contratações de maior vulto. Tem-se um percentual de 35% em execução. Existem contratações em atraso, mas que não causam grande impacto na execução, como seguro predial e serviços de jardinagem. CONTRATAÇÕES TIC – em andamento as contratações de hiperconvergência e produtividade em nuvem, que são as maiores. Gualter observou que, nas contratações de TI, o TRE/MA está em todas como partícipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desembargadora Presidente: Destacou que procura fazer uma gestão colaborativa e agradeceu pelo compromisso de todos, enaltecendo a capacitação e responsabilidade da equipe.

DELIBERAÇÕES:

1. Levantamento de custos, pela SGP, para a implementação do projeto apresentado pela Desembargadora Presidente, voltado ao público interno, pessoas que sofreram violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade, dentre outras, que se iniciaria com capacitações, seria um projeto permanente e ofertaria assistência sócio-psicológica.
2. Aprovação do quadro de créditos adicionais a solicitar, conforme a necessidade apresentada pelos setores.

CRÉDITOS ADICIONAIS A SOLICITAR

CREDITOS ADICIONAIS A SOLICITAR		
VALOR	Observação do setor solicitante	SOLICITANTE E FONTE
R\$ 200.840,74	Aquisição de equipamentos e móveis	Solicitado pela SEGEP (fontes de outros setores)
R\$ 330.000,00	Aquisição de dois veículos Corola	Solicitado pela SEGET (fontes de outros setores)
R\$ 105.894,73	Aquisição de bancadas	Solicitado pela STIC (fontes de outros setores)
R\$ 30.000,00	Cursos a realizar em novembro/2022	Solicitado pela SECAP (fontes da própria SGP)
R\$ 15.000,00	Aquisição de livros para a biblioteca	Solicitado pela SEDOC (fontes de outros setores)
R\$ 259.317,86	Aquisição de novos aparelhos de ares-condicionados.	Manutenção predial (saldos de contratos da SEMAP)
R\$ 10.000,00	Curso de media training para juízes e servidores	Solicitado pela EJE (fontes de outros setores)
R\$ 1.271.249,18	Solução de hiperconvergência	Solicitado pela SESEC (saldos de contratos da STIC)
R\$ 2.317.216,63	TOTAL A SOLICITAR	

Lista de Presença - SECRETARIA

- Angela Maria Moraes Salazar - Presidente
- Herbet Pinheiro Leite – DG
- Gualter Gonçalves Lopes Júnior – STIC
- Rhicleyson Campos Paiva Martins – SJD
- Leana Batista Neves – SAF
- Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita – ASGEL
- Rosiléia Moraes Salazar Monteiro – COFIN
- Sherlan Buhatem Anunciação – COLAC
- Diego Rodolfo Abreu Silva – CRE
- Marcelo Maciel Moraes – ASESP
- Alana Machado Prazeres Costa - AJCRE
- Flávio Menezes de Miranda – SEPEO
- José de Ribamar Lopes Portela – GABSAF



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ DE RIBAMAR LOPES PORTELA, Analista Judiciário**, em 09/09/2022, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSILÉIA MORAIS SALAZAR MONTEIRO, Técnico Judiciário**, em 09/09/2022, às 14:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALLANA MACHADO PRAZERES COSTA, Assessor(a)**, em 10/09/2022, às 08:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO, Secretário Substituto**, em 10/09/2022, às 11:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANA BATISTA NEVES, Secretário(a)**, em 10/09/2022, às 12:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA MARIA MORAES SALAZAR, Presidente**, em 10/09/2022, às 14:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEBERT PINHEIRO LEITE, Diretor Geral**, em 12/09/2022, às 09:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CÉLIA REGINA CARNEIRO DA SILVA MESQUITA, Técnico Judiciário**, em 12/09/2022, às 18:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1703532** e o código CRC **B910A663**.

0000759-92.2022.6.27.8000	1703532v3
---------------------------	-----------